



Assembleia define data limite para a Greve dos Vigilantes da Bahia



Deputado Nelson Pelegrino e vereadora Marta estiveram no Sindicato para participarem da assembleia

No dia a dia do trabalho da categoria dos vigilantes ninguém tem dúvida da importância do salário, mas também da segurança e da vida de cada um. Seja no banco, escola ou carro forte, ser vigilante é risco por inteiro. Por isso, nesta sexta-feira, 23 de fevereiro, pela manhã a classe participou da Assembleia Geral dos Vigilantes da Bahia, na sede do sindicato, com casa cheia de trabalhador, estiveram presente o presidente José Boaventura (SindVigilantes), o Dep Federal Nelson Pelegrino e a vereadora de Salvador Marta, além de toda a diretoria da entidade e dos sindicatos do interior fizeram presença.

“Qual o seu lado: patrão ou vigilantes?” – com a campanha que mexe com a reflexão real do papel do trabalhador, que insiste em defender algumas vezes o patronal, sem saber o real pacote de maldades, o SindVigilantes durante a assembleia alertou para a pauta da maldade.

“Acabar com a data-base e com a CCT, retirar a CCT, deixar de pagar prêmio de férias, cai o piso salarial, adicional noturno cai de 35% para 20%, desconta de imediato R\$ 94,20 (hora noturna), acaba com Cesta básica”, são alguns de tantos pontos que mostra que lado estão, alerta o presidente do SindVigilantes, José Boaventura.

“Essa luta será mais difícil que antes, agora temos uma reforma trabalhista que defende só o patrão, não tem nada de bom para o trabalhador, agora todos vocês devem se unir para lutar por algo merecido, salário e piso salarial é direito e um dever pagar em dias de todas as empresas, não podemos ficar de whatsapp, a luta é maior que isso, defender o que é seu precisa de unidade”, comentou a vereadora Marta Rodrigues.

Para o deputado Nelson Pelegrino, o governo federal não pensa no trabalhador. “Agora vocês entendem a luta contra o governo Temer, onde aprovou uma reforma que não pensa nos vigilantes e sua família, defende exclusivamente o patrão. Outro ponto, a bancada federal é feito de grandes empresários, qual deles vai defender nosso povo, o pai e mãe trabalhador? – nenhum, eles querem mais para eles e menos para o trabalhador”, alertou deputado Nelson.

Ao final da assembleia ficou acordado que logo após as reuniões de negociações será definido o rumo da classe.

Fonte: Sindvigilantes/BA

Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região dizem NÃO a vigilante horista e a outras propostas do patronal



Trabalhadores não aceitam retirada de direitos e reafirmam disposição para luta

Em assembleia realizada no último sábado (24/02), os vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região autorizaram o SVNIT a manter as negociações com patrões. Seguindo orientação da direção da entidade, os trabalhadores deram um sonora não à retirada de direitos proposta pelos empresários.

Durante as rodadas de negociações com os patrões, o SVNIT já havia negado propostas dos empresários de colocar na Convenção Coletiva de Trabalho a autorização da contratação de vigilante horista (contrato parcial), fim da homologação no Sindicato, criação da CCPI, o parcelamento do 13º salário em 10 vezes, a suspensão do contrato da vigilante feminino em caso de gravidez, trintídeo e a contratação intermitente.

O presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante, considera as propostas um retrocesso nas garantias dos direitos. “Se aceitarmos a contratação do vigilante horista vamos autorizar a criação de diferentes pisos salariais no Estado. Teremos vigilantes ganhando menos de R\$ 500 por mês. Como esses trabalhadores vão sobreviver? Como vai ficar o recolhimento do INSS? Enfim,

somos contra essa proposta”, afirma Cláudio.

A tentativa dos empresários de impor a alteração da CCT é justificada pela maldita reforma trabalhista que deu mais poder às Convenções Coletivas: o tão falado negociado x legislado. A medida pode levar a categoria a perdas históricas em direitos alcançados.

Nesta segunda-feira (26/02) acontece mais uma rodada de negociação. Os vigilantes de Niterói querem, ainda, que o patronal atenda a reivindicação da categoria com reajuste salarial com a reposição integral da inflação do período mais ganho real em dobro. O SVNIT pede ainda a redução do desconto do vale alimentação dos atuais 20% para 5%, diminuindo o valor a qual o trabalhador é obrigado a ser descontado. Ainda na quarta-feira (28/02), está agendada uma nova negociação.

Fonte: SVNIT

Juíza do RS intima Seltec a se explicar sobre implantação da 4×1 na Caixa



Em despacho nesta quinta-feira (22), a juíza Mariana Piccoli Lerina, da 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, intimou a empresa Seltec Vigilância Especializada a dar explicações sobre a sua intenção de implantar a escala 4×1 na Caixa Econômica Federal – Monitoramento.

O despacho da juíza atende a uma petição do Sindivigilantes do Sul, que comunicou à Justiça do Trabalho o descumprimento pela Seltec de uma antecipação de tutela obtida pelo sindicato, em 2016, proibindo a vigência desta escala na Caixa, Lojas da Claro e Secretaria da Saúde de Porto Alegre.

“Mesmo com decisão liminar para que não aplique a 4×1 no posto da Caixa Econômica Federal – Monitoramento, a Seltec tenta passar por cima da Justiça e avisou os trabalhadores que dia primeiro de março vai aplicar essa escala”, disse Marlon Costa, diretor do sindicato.

Segundo ele, vigilantes informaram que representantes da empresa teriam ameaçado com demissão quem não quiser trocar de escala. A Seltec, ainda, chegou a publicar um anúncio de vagas para quem quiser trabalhar

na CEF como forma de pressão. Para Marlon, isso é uma forma de assédio moral.

Logo que o sindicato soube dessa intenção da empresa, o Departamento Jurídico foi acionado e, a pedido da direção, informou à Justiça que a empresa está descumprindo aquela decisão liminar. Por isso, nesta quinta-feira, a Seltec foi intimada a confirmar ou desmentir que vai efetuar a modificação na escala.

“Não importa os argumentos que a empresa utilizar, somos contrários à escala 4×1 por ser uma escala que prejudica o trabalhador, estaremos sempre atentos à Seltec ou qualquer outra empresa que queira impor algo que seja prejudicial aos trabalhadores”, ressaltou Marlon. “Temos plena convicção que essa mudança não vai acontecer, porque está passando por cima de uma decisão judicial”, concluiu.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

A irresponsabilidade de quem contrata porteiro para fazer trabalho de vigilante



A contratação de porteiros para exercer a atividade de segurança privada em diversos estabelecimentos é muito comum no DF e também em todo o Brasil. O Sindicato, junto com demais entidades, como a CNTV, vem ao longo dos anos denunciando essa prática ao Departamento de Polícia Federal e cobrando as devidas providências. Por isso, já conseguimos regularizar a situação em alguns hospitais privados, faculdades, grandes redes de supermercado e shoppings.

No entanto, a prática continua, pois alguns empresários e comerciantes sempre tentam levar vantagem para ampliar seus lucros e alegam que os porteiros contratados não fazem segurança. E quando a situação fica crítica, tentam se eximir de toda a culpa. Foi exatamente o que ocorreu em uma escola privada em Taguatinga, quando um homem adentrou a escola e depois de sucessivos erros praticados pelos porteiros, o mesmo

teve complicações e veio a óbito. Este é um dos resultados de quem contrata porteiro para exercer a atividade de segurança: não estão preparados sequer para prestar os primeiros socorros, ou até mesmo enxergar naquela situação qual procedimento adotar para conter o homem, sem colocar sua vida em risco.

O Sindicato dos Vigilantes do DF está acompanhando as investigações, e já solicitou à Polícia Federal providências quanto à prática de segurança realizada por porteiros. E agora, a sociedade vê na prática que o barato sai caro, custou uma vida e isto não tem preço.

O estabelecimento de ensino soltou uma nota se eximindo de qualquer culpa e que os porteiros exercem atividade de porteiro. Não foi o que vimos no vídeo, lembrando que se fazem apenas serviço de porteiro, a pergunta é: quem faz a segurança dos alunos e funcionários e patrimônio da escola?

Estamos atentos em defesa da legalidade da profissão de segurança privada.

Fonte: Sindesv-DF

Sindsegur-RN denuncia: Supervisor da Interfort ameaça punir vigilantes na região do Seridó



O Sindsegur – Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes, repudia a atitude antisindical do supervisor da Interfort Segurança que anda perseguindo os vigilantes que trabalham nos postos de serviço na região do Seridó. O objetivo das ameaças é amedrontar os trabalhadores que participam da luta em defesa dos direitos. Para isso, o tal supervisor da Interfort está espalhando o terror nos locais de trabalho, praticando assédio moral abuso de poder na tentativa de impedir a mobilização da categoria.

A Greve, assim como qualquer movimento de paralisação, é um instrumento legítimo da classe trabalhadora. Não adianta supervisor de empresa ameaçar nem usar a repressão contra os trabalhadores, pois a luta vai continuar até que todos os nossos direitos

sejam mantidos na Convenção Coletiva.

O nosso sindicato não vai aceitar nenhum tipo de perseguição, para isso já está tomando as medidas cabíveis com o objetivo de denunciar essa prática de assédio moral pela Interfort. O mesmo ocorrerá contra qualquer ato de perseguição.

É preciso estar atenta e forte para resistir a todo tipo de pressão. Vamos à luta para garantir os direitos e avançar nas conquistas.

Fonte: Sindsegur-RN

Faltou trabalho para cerca de 26,4 milhões de brasileiros em 2017

Faltou trabalho para cerca de 26,4 milhões de brasileiros e brasileiras em 2017, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) trimestral, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (23).

Desse total, 12,3 milhões estavam desempregados e 6,5 milhões subocupados - pessoas que trabalharam menos de 40 horas por semana porque foram as únicas oportunidades no mercado de trabalho que encontraram.

No Brasil do desemprego, sobra desalento: 4,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão desestimulados a procurar emprego. Elas podem, querem e precisam trabalhar, mas não procuraram emprego nos últimos 30 dias, desanimaram porque não conseguiram. Se tivessem conseguido trabalho, estariam disponíveis para assumir a vaga.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, esse desalento entre os trabalhadores desempregados é o reflexo mais natural do abandono em que o Brasil se encontra.

“Com a economia em recessão e a aprovação da reforma Trabalhista, as poucas vagas que são oferecidas são de empregos muito precários. Os poucos que conseguem trabalho têm de se submeter a baixos salários, sem direitos garantidos e completamente desprotegidos”, explica.

O Nordeste é a região com o maior número de desalentados – 59,7% do total nacional. A Bahia, com 663 mil, e o Maranhão, com 410 mil, são os estados campeões.

Segundo o IBGE, este é o maior contingente de desalentados já registrado desde 2012, quando começou a série histórica feita pelo Instituto. No primeiro trimestre de 2012, esse número

correspondia a 1,9 milhão de pessoas.

Uma das razões para o desalento pode ser o aumento na demora para conseguir emprego nos últimos meses. Pesquisa feita pelo SPC e CNDL apontou que os brasileiros estão demorando, em média, um ano e dois meses para conseguir emprego no Brasil.

“Não bastasse isso, com o congelamento do orçamento e a queda da arrecadação, os serviços públicos estão ficando cada vez mais sucateados e o trabalhador fica doente e não tem atendimento, não tem escola decente para os filhos, o transporte é ruim e caro e a violência toma conta das periferias das grandes e pequenas cidades”, critica Graça Costa.

“É difícil para os trabalhadores e trabalhadoras encontrarem esperanças e forças para continuar buscando saídas, é muita coisa ruim ao mesmo tempo”, completou a secretária de Relações do Trabalho da CUT.

Segundo o pesquisador Cimar Azeredo, do IBGE, se os desalentados comesçassem a procurar emprego, a taxa de desocupação aumentaria. Isso porque, o IBGE considera como desocupado aquele trabalhador que procurou emprego, mas não conseguiu.

Ele disse, ainda, que “as políticas para o mercado de trabalho têm de olhar para os 26,4 milhões de brasileiros que estão sem trabalho”.

Do total de mais de 26 milhões sem trabalho, 3,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, apesar de considerados força de trabalho em potencial, não estavam disponíveis para trabalhar.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF